

## **Maternagens insurgentes: Mãe sim, Preta sim, Sapatão também**

**Rosangela Aparecida Hilário<sup>1</sup>**

**Miriam Rodrigues Pedrosa<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo se propõe a analisar os processos de maternagens em vidas insurgentes e desobedientes das normas de gênero. Para tanto se utiliza principalmente, mas, não exclusivamente dos conceitos de decolonialidade em Cesaire (2020), feminismo decolonial em Vergè (2020), interseccionalidade em Akotirene (2019). O objetivo do texto é debater as muitas possibilidades do ser/estar sendo mulher no mundo (feminilidades) e a necessidade de entendimento da maternagem como um ato político de insurgência contra o estabelecido na perspectiva de educar para transgredir, com inspiração nos estudos de bell hooks (2019) e Paulo Freire (2016). A metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados é a autoetnografia, movimento em que as pesquisadoras são ao mesmo tempo sujeitas e pesquisadoras. Narrativas desenvolvidas em primeira pessoa têm sido utilizada como uma estratégia importante nas pesquisas que buscam quebrar as amarras da colonialidade ao propor a reflexão crítica de temas ausentes nas pesquisas e debates na academia. Como resultado até o momento, apresentamos narrativas que reafirmam a perspectiva de que a resistência e a resiliência são atributos essenciais para as mulheres desobedientes das normas de gênero exercerem seu direito às suas maternagens.

**Palavras-chave:** Maternagens, Insurgentes, Decolonialidade, Interseccionalidade, Feminilidades

---

<sup>1</sup> Pós- Doutora e Doutora/FEUSP. Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia e do Programa de Pós- Graduação em Educação do Campus José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia.. Email. [rosangela.hilario@unir.br](mailto:rosangela.hilario@unir.br)

<sup>2</sup> Formação. Licenciatura em Física/IFRO. UNAMA: Universidade da Amazônia. Email. [mirianrp53@gmail.com](mailto:mirianrp53@gmail.com)

*[...]E então quando ele crescer  
Vai ter que ser homem de bem  
Vou ensiná-lo a viver  
Onde ninguém é de ninguém  
Vai ter que amar a liberdade  
Só vai cantar em Tom Maior  
Vai ter a felicidade de  
Ver um Brasil melhor[...]  
**Martinho da Vila***

### **Quem pode cantar em tom maior?**

Iniciamos este texto revisitando a canção Tom maior, do cantor e compositor brasileiro Martinho da Vila, do começo dos anos de 1970, quando o debate sobre a desobediência às normas de gênero não tinha espaço e muito menos visibilidade. O cantor inicia a música exaltando a maternidade “tradicional” e esperada que se anula em favor do bem-estar dos filhos/as, não prioriza a alteridade e se acomoda em uma identidade de coadjuvante na própria vida. Embora a música pontue que o objetivo perseguido para a criança recém-nascida seria de amar a liberdade e cantar no tom mais alto possível de ser alcançado na escala musical como metáfora para sucesso nas vivências, em um comparativo com as “funções” e “privilégios” da maternidade, apresenta de fato uma perspectiva patriarcal sobre essa: a mãe que educa sua cria para ser um “homem de bem”.

Não era uma pessoa de bem. Não era uma mulher com poder de decisão sobre seus desejos, necessidade e querer. Era um ser calcado à luz do mito do príncipe valente, que não se sabe nem como e nem porque, é corajoso em contraposição a mulheres submissas, conformadas e abnegadas que esperam o “salvador para a existência” e são educadas para calar, se apequenar, se submeter. Inclusive, a maternidade solitária como parte do papel social esperado para o exercício social da mulheridade possível naquele momento. O mundo seguia sua rota estabelecida pelas

máximas simplificadoras que ratificam estereótipos e naturalizam sofrimento, sobretudo de mulheres pretas e desobedientes de quaisquer normas a lhes reduzir as vivências desde sempre.

Mas, a ascensão do feminismo negro que fez emergir mulheres da periferia do mundo para exigir lugar de protagonismo e escolha, interrompeu a pretensa naturalidade das vivências estabelecidas e agregou as estratégias das lutas feministas ao mulherismo africana, herdeiro direto do patriarcado africano, que se inspira nas narrativas das mulheres pretas e periféricas para pautar a resistência e avançar na conquista de direitos tendo como referência que a responsabilidade pela felicidade e prosperidade coletiva é de todas e de cada uma.

Antes de nos debruçarmos no aprofundamento possível para esse espaço de debate e compartilhamento, é necessário evidenciar as diferenças entre maternidade e maternagem (que será utilizada nesta reflexão): aqui maternagem é ato político de escolher por quais caminhos a relação entre mãe e filhas/os será organizada sem culpas, sem atravessamento do pensamento machista que propaga que ser mãe seja ato solitário de renúncia e abnegação. Nas culturas africanas a educação/formação de uma criança é responsabilidade de toda a comunidade. As escolhas levam sempre em consideração texto e contexto para além do estabelecido. Maternar é ato político de resistir a espaços menores do que o tamanho que uma mulher pode ter. É escolha e não imposição, portanto, está diretamente relacionado em organizar novas narrativas para antigos fenômenos. Não são palavras sinônimas: a maternidade está mais relacionada a uma interpretação do pensamento colonial de que todas as renúncias devem ser das mulheres e quem não se ajusta a esse papel não está exercendo com competência a relação mãe/filho. A maternidade parece, tem regras demais e afetividade de menos.

A maternidade está relacionada ao pensamento colonial do sujeito universal: todas as mulheres “precisam” se ajustar ao que o homem universal entende por maternidade. Mulheres cuidando, se sacrificando, reafirmando velhos dogmas, se

escondendo envergonhadas da condição de mulher que antecede a de mãe. Não por acaso os dogmas religiosos apresentam as mães como assexuadas. As maternagens, por outro lado, se contrapõe a ideia de que para ser mãe é preciso se fazer organizar a existência em torno de renúncias, dedicação abnegada, cuidados que se estendem ao longo da vida e se repetem desde sempre: meninos são cuidados e meninas cuidam. Maternidade é o conformar, a maternagem é resistir ao apagamento das identidades femininas. Maternagens são atos políticos de resistência.

Isso posto, ratificamos que o feminismo negro pautado no Brasil por Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Tereza Santos propunha novos combinados para o exercício da feminilidade dando status plural a condição feminina: se não existia só um jeito de “estar sendo” mulher no mundo, não seria lógico uma única maneira de ser mãe. Sobretudo, nos tempos que se seguiram aos processos de redemocratização da sociedade brasileira.

O protagonismo dos movimentos sociais, sobretudo de mulheres pretas, periféricas e desobedientes de qualquer norma excludente ratificou voz e vez a mulheres cansadas de carregar o preço de uma opressão secular e que queriam caminhar e avançar das suas subjetividades exigindo o direito de ser protagonistas de suas histórias e de suas vidas: pretas, feministas, lésbicas, bissexuais, agricultoras, operárias, pobres.

A emergência desses novos atores decorre da insuficiência da perspectiva universalista para contemplar as diferentes identidades sociais e realizar um dos fundamentos da democracia, que é o princípio de igualdade para todos. A imposição de um sujeito universal ao qual todos os seres humanos seriam redutíveis obscureceu, ao longo dos tempos, as ideologias discricionárias que promovem as desigualdades entre os sexos, as raças, as classes sociais, as religiões etc. São elas o patriarcalismo que, ao instituir como natural a hegemonia do sexo masculino, justifica todas as formas de controle, violência e exclusão social da maioria dos seres humanos que pertencem ao sexo masculino; o elitismo classista determinado por modos de produção que instituem classes minoritárias abastadas, que submetem e exploram majorias despossuídas; a homofobia decorrente da imposição da heterossexualidade como forma exclusiva de relacionamento afetivo e sexual e a condenação arbitrária, muitas vezes violenta, do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo (CARNEIRO, 2019, p. 137)

No mundo “perfeito” do sujeito universal a diferença como valor a ser agregado ao entendimento de sociedade plural não constitui pressuposto para alcançar a igualdade de oportunidades. Nesse mundo, as mães educam “homens de bem” e sufocam desejos de liberdade e cantos em “tom maior” para as meninas. A intenção parece ser a de manter tudo como sempre esteve: a favor de uma construção social onde cada um e cada uma saiba “seu lugar” para não incomodar as normas e regras estabelecidas pelo cisheteropatriarcado. E, de preferência que as mulheres pretas, sapatões e pobres renunciem ao seu desejo de ser mães a favor do "equilíbrio" e da “ordem”. Se querem viver sua sexualidade e dizer todos os sinônimos que o amor pode ter que sacrifiquem a maternidade.

Ocorre que junto com a abertura de espaços, resistência e de diálogos, houve um movimento de fortalecimento da liderança de mulheres pretas e periféricas e de escuta das mulheres recém-chegadas à academia: como alçar as pautas periféricas a condição de temas a serem incluídos na pesquisa e na produção de novos conhecimentos a favor da liberdade para todas, todes e todos.

A compreensão da ancestralidade, da mitologia religiosa africana, dos quilombos como espaços políticos administrativos de excelência democrática entrou em destaque na agenda do movimento negro. Da estética dos cabelos armados e livres ao entendimento de que nossos corpos são políticos e necessitam serem vistos e reconhecidos em sua singularidade, ao trazer para as salas do debate acadêmico as pretas e suas reivindicações, o feminismo negro abarcou outros grupos oprimidos e ampliou a agenda de debates: a opressão sobre os desobedientes da norma de gênero, o desmonte da tese da democracia racial, o desconforto do estabelecimento de diálogo da interseccionalidade sobre as mulheres trans que não eram reconhecidas em sua identidade de gênero, a maternagem não reconhecida da bicha preta que ocupa um não lugar em sua expressão de feminilidade. Ou seria masculinidade?

E, entre todas as pautas objeto destes novos olhares, resolvemos nos debruçar sobre os desafios da maternagem da mulher sapatão. Os muitos sinônimos para dor e preconceito que atravessam a maternagem da mulher sapatão são ampliadas na intercessão raça e classe: não faltam exemplos de resiliência cunhada na necessidade, de violência, preconceito e até morte. Real e simbólica. Não esqueceremos o caso de Luana Barbosa dos Reis Santos, violentamente espancada por policiais militares na frente do filho, na cidade de Ribeirão Preto, em 2016: primeiro a violência foi a humilhação de ter que explicar que transitava entre os dois gêneros, de maneira fluída. Os policiais militares entenderam que Luana era mulher só quando era conveniente, e segundo as testemunhas, disseram que ela ia apanhar como homem. Ao reagir, a violência da surra dobrou de intensidade e só foi permitido o socorro após ela assinar um termo em que assumia que tinha “desacatado a autoridade policial”. Luana morreu dias depois em um hospital público porque pediu que os policiais respeitassem seu filho e a condição de mãe. Para ela, não valeu a máxima de que mães devem ser protegidas, amparadas e entendidas. Ela era pobre, preta e lésbica.

O despreparo dos policiais militares não lhes permitiu ter alcance para entender que um corpo preto não é sempre o inimigo: por vezes, é só o corpo a quem foram negadas todas as oportunidades de escolhas e uma vida digna. A quem foi ensinado que o “normal” é se acostumar com menos do que se merece e agradecer por “esse chão para dormir e a solidão para viver”. Detalhe que não nos escapa: dois destes policiais eram pretos.

Um observador de fora da situação naturalmente pergunta porque os Negros, muitos dos quais servem à sua raça como professores, não mudaram este programa. Esses professores, no entanto, são impotentes. Os Negros não têm controle sobre a própria educação e têm pouca voz em outros assuntos pertinentes. Em alguns casos, os Negros foram escolhidos como membros de conselhos públicos de educação, e alguns foram nomeados membros de conselhos privados, mas esses Negros são sempre uma minoria tão estreita que nem figuram no resultado do programa educacional. A Educação dos Negros, então, a coisa mais importante na elevação dos Negros, está quase inteiramente nas mãos daqueles que nos escravizaram e agora os segregam. (WOODSON, p,25, 2021)

Por outro lado, a colonialidade consolidou o mito do sujeito universal que explora, mata, saqueia, estupra, escraviza e silencia pessoas, culturas e vozes em nome da expansão geográfica e da ampliação econômica para os monarcas e seus cúmplices. O movimento de “colonização” de quem não pediu para ser colonizado e nem coisificado em nome da mitologia cristã, para além de uma hipocrisia manipuladora e de conveniência, se perpetuou ao longo de muitos séculos e tem como substituto na contemporaneidade o neoliberalismo que busca espaços territoriais fragilizados pelo colonialismo para aumentar lucros e perpetuar dominação: O “humanismo” do sujeito universal (leia-se homem, branco e heterossexual) não é destinado a todos os corpos: somente a seus iguais.

Justifico também as escolhas pelo “pretuguês” me recuso a me identificar de acordo com as regras e semântica opressoras da linguística racista e eurocentrada: sou preta. Negra é como me definem os manuais do colonizador, a partir de sua métrica e desejo de ser/estar para cima da periferia do mundo. (HILÁRIO, 2019, p.48)

Os Estudos Interseccionais nos permitem transitar e reconhecer as vias de opressões e de que forma elas operam sobre o processo de ascensão da mulher preta, dos pretos, das insurgências e dissidências sexuais. E não seria plausível identificar estas opressões de forma ordenada e somada, pelo contrário. Evidenciamos a pertinência do pensamento de Audre Lorde (2019): não há hierarquia de opressão: o sofrimento provocado pela articulação de racismo e sexismo não é maior ou menor nesta ou naquela. É sofrimento que alcança e dói de maneira diferente, mas, que não permite hierarquizar. A dor machuca, silencia, adoce e mata.

Aquelas entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis, aquelas de nós forjadas nos cadinhos da diferença – aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas, sabem que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar só, a ser impopular e até hostilizada, e a unir forças com outras que também se identifiquem como estando de fora das estruturas

vigentes para definir e buscar um mundo em que todas possamos florescer. Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas, nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. (LORDE, 2019.p.137)

Nesta perspectiva, referenciadas por quem estourou portas para que pudéssemos pautar nossas experiências de mães fora do “padrão” do sujeito e, com referência e reverência em Conceição Evaristo, pedimos licença para compartilhar nossas “escrivivências” das maternagens sapatão preta e resilientes dos rincões periféricos do Brasil.

Não existem hierarquias quando se trata de se sentir os efeitos das ausências, do imobilismo que leva a subalternização, na conformidade com a existência por falta de tecnologia que alimenta a resistência. Desta maneira, mulheres pretas têm vivido à margem e continuam ocupando os últimos lugares em quaisquer estatísticas que se façam para mapear ocupação de espaço de poder e os primeiros lugares na subalternidade. Mas, mulheres pretas e sapatões têm sido expropriadas do direito a fazer escolhas simples de como querem (ou não) exercerem sua feminilidade. O direito à maternidade é sistematicamente negado com a justificativa de proteção à criança. Proteção de quem para quem?

Por esse motivo, neste estudo a escolha foi analisar as narrativas de mulheres pretas, desobedientes das normas de gênero e resilientes no exercício da maternidade. No processo desafiamos regras que não fizemos e não nos contemplam, guerreamos com variadas formas de preconceito e buscamos combater a ignorância:

Aonde quero chegar? A esta ideia: que ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma nação colonizadora, uma nação que justifica a colonização – portanto a força – já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, quero dizer seu castigo. Colonização: uma cabeça de ponte, em uma civilização. Da barbárie que a qualquer momento, pode levar à pura e simples negação da civilização. (CÉSAIRE, 2019, p.21)

Referenciadas por Lélia González (2019) na perspectiva de ultrapassar “as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, que abre novas possibilidades para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela, a amefricanidade, se manifesta” (p.348 – grifos nossos), permitimo-nos deixar evidenciado a utilização do termo povo preto ao referir-nos a ancestralidade que estará presente neste texto.

Justifico também as escolhas pelo “pretoguês” me recuso a me identificar de acordo com as regras e semântica opressoras da linguística racista e eurocentrada: sou preta. Negra é como me definem os manuais do colonizador, a partir de sua métrica e desejo de ser/estar para cima da periferia do mundo. (HILÁRIO, 2019, p.48)

Tendo apresentado os argumentos iniciais reafirmamos o objetivo deste texto debater o conceito de maternagem insurgente em diálogo com teóricas do feminismo decolonial. O feminismo decolonial é uma teoria que se contrapõe a ideia de que equidade diz respeito apenas entre as relações entre homens e mulheres: no feminismo decolonial novas identidades se apresentam e necessitam ser interpretadas à luz da complexidade em que se estruturam os fenômenos de sua existência. Para tanto, apresentamos nossa questão norteadora: a maternagem está facultada a mulher sapatão?

Como mensurar, como é viver a maternidade a partir de tais perspectivas de corpo rebelde, revolucionário e rotulado em contextos descentralizados e periféricos de uma sociedade machista, sexista, patriarcal, homofóbica... a conjuntura deste contexto é emocionalmente emancipador ou enlouquecedor?

Nessa perspectiva, apresentamos e contextualizamos os conceitos de feminilidades, maternagens e mulheridades aplicados à contemporaneidade. Os padrões propostos no século XX ainda não são mais válidos para uma realidade em que caibam todas as pessoas.

Na sequência, aborda-se sobre a questão da maternagem, revisitando o entendimento sobre ser mãe sem renunciar às escolhas sobre a própria vida. Considerando as vivências em uma sociedade estruturada pelo patriarcado, onde impera a heteronormatividade e, por questões culturais, a maternidade fica praticamente restrita às mulheres heterossexuais. A reflexão sobre a maternagem inacessível à mulher sapatão antecede as narrativas que apresentam a busca de interdição e nossa resistência para fazer escolhas que não nos apaguem.

Por fim, o presente estudo apresenta a problemática sobre a maternagem lésbica. Os instrumentos sustentados pelo sistema cisheteropatriarcal para impor controle e oprimir o ser mulher. O seu pleno desenvolvimento, impossibilitando-a de se afirmar como um ser capaz de pensar, agir e sentir sua sexualidade. A falta de espaços para debates e a dificuldade em compreender a complexidade multifacetadas da identidade de gênero, apresenta grandes provocações e questionamentos sobre as mulheres que não cabem nos corpos “femininos” e interditados a escolha.

### **Todos os tons para se exercer ou não as maternagens**

Para se configurar como uma revolução nos costumes era/é preciso organizar uma agenda para debater direitos reprodutivos, direitos a sexualidade em toda sua complexidade e vertentes, compartilhar de tarefas em casa e fora dela, direito de ser mãe e não ser, o direito à educação, saúde, alimentação e agora vacina.

O feminismo tal e qual se apresentava, trazia para as reuniões realizadas durante a tarde, com o conforto de mulheres pretas cuidando das casas e das crianças brancas para que suas mães debatessem como estender os privilégios do sujeito universal para a sua feminina: a sujeita universal.

Ao pensar a mulher e a sexualidade feminina um processo histórico, observa-se que a mulher existiu por muito tempo apenas como um objeto de reprodução e

satisfação do sujeito homem, o que foi construído, intensificado e naturalizado através do conceito de heteronormatividade.

Porque, em um paradoxo provocativo da reflexão, o fato de as empregadas domésticas não poderem fazer parte daquelas discussões, nem as operárias especializadas, nem as identidades sexuais renegadas socialmente, não pareciam incomodar aquelas jovens “revolucionárias”. As feministas deste contexto, que não queriam ser objetificadas, não se incomodavam de coisificar suas irmãs pretas.

Naquele momento histórico, onde a ditadura militar começava dar sinais de morte por falta de costume aos ares libertários, um programa matinal debatia, entre receitas para o almoço e de como vencer uma mancha na camisa do marido, orgasmo, sexualidade, o direito a uma maternidade produtiva (sem conceituar o que viria a ser isso), virgindade e os malefícios da pílula anticoncepcional: Marta Suplicy e o TV Mulher fizeram história na historiografia da televisão brasileira entre os anos de 1980 e 1986. Mas, as temáticas que incomodavam as pretas periféricas estavam ausentes das pautas do programa: a força do movimento LGBT não era nem sequer mencionada para além das “brincadeiras” feitas pelo/para o costureiro Clodovil Hernandez, o representante da cota das dissidências e adepto da pedagogia do armário e da discrição.

Nesta época a norma não estava escrita (nunca esteve, mas, era seguida à risca: se fosse para exercer as múltiplas expressões possíveis da sexualidade que fosse sem crianças. No máximo um sobrinho. Filhos desequilibravam a norma de discrição e sombras. A partir dos anos de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, conhecida pela alcunha de constituição cidadã, o movimento LGBTQIA+ começou a sair dos subterrâneos: a constituição pontuava que todos, todas e todes eram iguais perante a lei. Deveriam, portanto, acessar direitos e honrar com seus deveres.

Neste momento histórico, o debate e a luta ainda eram pelo direito de viver à luz do dia. De amar sem temer. As mulheres lésbicas praticamente não estavam em espaços de luta abertamente, as lideranças do movimento eram gays (na concepção da

Professora Megg Rayara: que se ajustavam) espalhados entre artistas de televisão, costureiros, cantores. O caso do icônico Jorge Lafond, uma das maiores vítimas do racismo recreativo, não nos permite esquecer a dor e a delícia de renunciar ao único privilégio que o sujeito universal acredita estar “sobre” o homem preto: sua masculinidade objetificada. Mulheres lésbicas apareciam nos horários alternativos da televisão aberta para satisfazer ao prazer narcisista masculino ou em produções duvidosas do cenário sexista da pornochanchada. A discussão sobre gênero e sexualidade estava nas margens e não fazia parte do debate acadêmico.

Para abordar as experiências, vivências e as epistemologias da relação mãe sapatão e da pretitude é importante fazer um resgate histórico sobre o conceito de identidade/ feminilidade e entender as nuances do papel da mulher ao longo dos tempos, buscando compreender o conceito de identidade de gênero na pós-modernidade. Partindo da autoetnografia, relataremos experiências e sentimentos do processo ser mãe/lésbica e os desafios encontrados para representar este papel.

O desconstruir e propor novas formas da representação da mulher para a sociedade partindo de conceitos formados a partir das reflexões propostas, do não silenciamento e da resistência que segundo o pensamento de Lélia Gonzalez (2014), apresenta uma importante reflexão do processo sobre entendimento de pertencimento, lugar e origem. O que é o cruzamento da raça negra e indígena e como esta interação tem a intenção de ditar atualmente quem devemos ser e o que devemos fazer. O silenciamento, apagamento e a invisibilidade é projetada pela história colonial de uma maneira violenta.

Deste contexto, subjugada historicamente no colonialismo e segregada ao patriarcado, objetificada como parte da propriedade privada que normatiza ao longo do tempo categoricamente o sujeito mulher, seus subespaços e sua função de reprodutora. Mesmo a mulher branca independente de qualquer contexto ao qual pertença. Mas com

maiores agravantes a mulher preta e indígena em maior estado de vulnerabilidade, diretamente ligado a sinônimos de violência, estupro e morte.

Araújo (2005), descreve que muitos foram os dispositivos criados pelo homem para impor controle e oprimir a mulher em seu desenvolvimento sexual, impedindo-a de se afirmar como um ser capaz de pensar, agir e sentir a sua sexualidade. A falta de espaços para debates e a dificuldade em compreender a questão da identidade de gênero, traz grandes provocações e questionamentos sobre as mulheres que não cabem nos corpos femininos e hiperssexualizado, determinados pela heteronormatividade e o papel delas quando se pensa em discutir a maternagem destes corpos transgressores.

Isso posto, se faz necessário conceituar o *lôcus*, se projeta a mulher negra, preta, lésbica em permanente construção e apropriação dos espaços historicamente negados. Deste lugar aqui abordando as especificidades da mulher, afroameríndia, feminista, trabalhadora-operária, lésbica... mãe.

Audre Lorde reflete sobre os mecanismos de sobrevivência, que não nos são ensinados na escola, e sim aprendidos duramente a vida cotidiana: aprender a estar só. Na batalha constante da percepção e da autoafirmação, de certo a mulher tropeça nos encaixos e percalços do preconceito. De discursos cristalizados sobre o que é a maternidade? Eu me reconheço nesse papel, com o corpo que me sinto confortável? O “ser mãe”, por muito tempo esteve atrelada as divisões de papéis baseados no sexo biológico, entretanto, a partir dos questionamentos dos papéis de gênero e o entendimento acerca das construções sociais que influem nesses papéis, a maternagem também passa a ser analisada por outros prismas, uma vez que sua complexidade se dá por suas múltiplas faces, que envolvem os aspectos biológicos, culturais, sociais e psicológicos.

Não tenho uma mensagem preciosa sobre a criação de meninos para outras mães lésbicas, nenhum segredo que coloque suas questões sob determinada luz. Tenho minhas próprias maneiras de reformular essas mesmas questões sob determinada luz. Tenho minhas próprias maneiras de reformular essas questões na esperança de que todas nós falemos delas e de partes das nossas vidas que precisamos compartilhar. Somos mulheres nos comunicando com

aquilo que há dentro de nós e umas com as outras, por meio das limitações da página impressa, dobrada conforme usamos o nosso conhecimento e o conhecimento de cada uma (LORDE, p. 91, 2019)

Em sua reflexão sobre as maternagens lésbicas, Audre Lorde ratifica sua não intenção de prescrever “receitas”, e sim contribuir para compartilhar angústias de ter de lutar para acessar desejos e projetos comuns a outras mulheres. Mais uma vez, ratifica a importância do aquilombamento das maiorias minorizadas para perfilarem a resistência: não se desenrola as vivências e o reinventar do que antes/e ainda se pode denominar e categorizar para a mulher e mãe, mesmo no século XXI a roteirização de como agir e viver com os comportamentos de gênero aceitáveis dentro da sociedade, podendo remeter a uma existência heteronormatizada e na defesa voltam os contextos da ocultação e do silenciamento histórico projetado, geralmente, “inconscientemente” esquecendo a mulher, preta, sapatão e mãe.

Desta maneira, a estrutura da pirâmide opressora segregacionista, discorreremos sobre a exclusão velada imposta a mulher, mãe, preta, feminista, lésbica. CAETANO aborda a temática:

Os desviantes e os excluídos estão invisibilizados pelos mecanismos impostos pelos valores socioculturais, observados, sobretudo, nas escolas. É a chamada desqualificação do indivíduo, como menciona Foucault (2002) ao explicar o rigoroso policiamento com que eram mantidas as pessoas que eram consideradas perigosas para a sociedade. Foucault (idem) explica que “não se trata de uma exclusão, trata-se de uma quarentena. Não se trata de expulsar, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças controladas” (p.57).

Os mesmos mecanismos socioculturais reproduzidos na escola, também são vivências impostas e reproduzidas rotineiramente as mulheres que manifestam comportamento diferentes na sociedade, desta maneira sujeitas às mesmas vulnerabilidades, tais quais invisibilidade, silenciamento, violências, marginalização.

Por isso, ao abordar a vivência lésbica, levanta-se o seguinte questionamento: Como podemos debater a maternagem de mulheres lésbicas, hoje existentes, porém inviáveis do ponto de vista da sociedade patriarcal? Mas, o que é de fato “ser mãe”. Será um atributo somente para o sexo "feminino" construindo socialmente ou trata-se de uma condição que se sobrepõe e supera a existência de útero, gestação e ao próprio gênero? Maternagem é construção ou condição?

Perguntas desta natureza são lançadas a todo momento em direção a mulheres pretas e lésbicas, muitas vezes, tais indagações são uma forma velada de sustentar o preconceito, racismo e reforço para a opressão pertinente ao sistema patriarcal. Nasce então a urgência de respondê-las, mas não de forma aligeirada só para contentar aos “conservadores” da vez que insistem em definições biologizantes e dogmáticas para tudo: as respostas precisam se organizar em torno das ciências, do entendimento e apropriação dos teóricos decoloniais e de um entendimento ampliado sobre a função social da produção científica. As respostas que apresentamos a todas as perguntas são provisórias e organizadas em torno do matriarcado africano: a maternagem é condição presente e necessária para organizar processos de avanços coletivos e responsabilidades compartilhadas. Logo, está para além de gênero e orientação sexual. Isso posto, cabe-nos apresentar nosso próximo subitem: trataremos da produção do conhecimento tendo como teoria suleadora a autoetnografia: nossos passos vêm de longe e se estruturam sobre a sabedoria e a força de nossas pretas velhas.

### **Dia da família na escola. Qual família?**

A escolha metodológica para esse texto é a autoetnografia, orientada pelos estudos de CAETANO (2019) que alerta para o fato de que por serem temáticas recentes na academia, os estudos de gênero ainda prescindem das “escrivivências” dos seus pesquisadores e pesquisadoras que apresentam como ratificação de suas hipóteses as

cicatrizes que trazem na alma e no corpo pelo direito de apresentar o conhecimento que transgride, educa e liberta.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

Mas, se mesmo as mulheres que trabalham fora e dentro de casa, são sucesso em suas carreiras e seguem o roteiro de mãe do ano, guardam lá no fundo culpas e dúvidas, o que aguarda então as mulheres sapatão que resolveram criar suas próprias regras para a felicidade?

A maternagem de nenhum corpo pode ser melhor ou pior em razão das suas escolhas e orientação sexual. Mesmo assim, ser sapatão mãe tem demandas não territoriais. A mulher, a mãe, também pode ser um agente reprodutor ou modificador da cadeia de opressão do patriarcado no processo educacional de criação de seus filhos e filhas.

Isso posto, faz-se necessário retomar um conceito que atravessa a existência dos desobedientes da norma de gênero: estigma. O conceito de estigma parece estar diretamente relacionado à formalização do preconceito e a padronização e representação sobre uma dada identidade social: o estigma é um sinal externo que marca a diferença, um comportamento fora do padrão ou moralmente condenável do ponto de vista da minoria com poder de decisão seja por meio da coerção econômica, social, política ou financeira que estabelece as normas de conduta social da maioria sem poder algum.

Para as mães pretas e sapatão o estigma do preconceito relaciona-se com as representações desenvolvidas a partir de uma diferença marcada nos sujeitos em sua

conduta social. Assim, os comportamentos determinados pelo grupo em relação a certo, errado, comportamento masculino, feminino e condutas socialmente desejáveis interferem no nível de apoio e solidariedade que um dado sujeito vai encontrar no grupo em que está inserido.

Atualmente, a sexualidade permanece como alvo de controle de variadas instituições tradicionais, como o Estado, as igrejas ou a ciência. Na medida em que as pessoas minorizadas por suas escolhas sejam de orientação sexual, raça ou condição social começam a ocupar espaços e tornarem-se visíveis, os ataques e a luta entre elas e os grupos conservadores tornam-se mais explícitos e acirrados. “Se determinados setores demonstram crescente aceitação da pluralidade sexual, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomadas dos” valores tradicionais da família” a manifestações de extrema agressão e violência física.” (Louro, 2008, p. 28). Contudo, mesmo no enfrentamento de variadas formas de violência e rejeição social, algumas pessoas questionam a lógica rigidamente estabelecida ao corpo desejante e se arriscam na transgressão de limites.

A escola é a instituição social entre as que melhor representam e reproduzem o aparelhamento para controle dos corpos desobedientes das normas de gênero: as brincadeiras de “menino” e de “menina”, as filas para entrada nas salas, os comportamentos diferenciados para se posicionar e se sentar, o “treinamento” para transformar meninas em “princesas” e meninos em “predadores” Sem se importar se a conta não fecha. No entanto, para ser incluído nesta rede é preciso cumprir as normas que foram estabelecidas pelo grupo de pessoas que detêm o poder sobre as decisões, sobre os arranjos e acordos, o repactuar de consensos.

Na Região Norte do país, em espaços periféricos como Porto Velho, Capital de Rondônia, a igreja evangélica também representa a repressão aos instintos, à coerção a todo e qualquer comportamento que foge aos padrões e a busca de uma normalidade espelhada em uma visão conservadora. A representação social sobre certo e errado,

normal e anormal é constituída a partir de um discurso sobre o que é proibido e permitido estruturado por uma rede de percepções e pressuposições sobre comportamento, beleza, jeitos e trejeitos que definem as performances de gênero, incluindo-se neste caso as representações sobre o que seria uma relação normal.

Isto significa dizer que as novas organizações familiares são toleradas desde que se moldem a uma forma pré-determinada para as representações familiares: famílias mono parentais só com a figura da mãe são exaltadas. A figura da mãe que se sacrifica para criar filhos resultantes de uma relação que não prosperou recebe a simpatia e solidariedade da comunidade. Pais que ficam sozinhos para criar filhos são estimulados ao casamento porque “homens não foram feitos para ficar só”. Porém, casais lesboafetivos não são tolerados e nem admitidos. A comunidade faz pressão, o pastor faz visitas de aconselhamento e a família fica tão exposta que prefere não se expor ao escrutínio popular.

Porém, temos notícias de uma família constituída por duas mulheres companheiras e os três filhos de uma delas que ousou desafiar ao preconceito e ao estigma que cerca aos desobedientes camuflando os indícios que podem levar a conclusões sobre sua sexualidade e a natureza de suas relações: diante de toda comunidade são primas que moram juntas.

Em um momento em que a cidadania enfrenta novos desafios e a constituição de novas organizações familiares frequentemente é posta em xeque, na aridez e falta de oxigenação na constituição das relações que se estabelecem em meio à convivência duas mulheres sofismam sobre sua relação para oportunizar uma chance aos filhos. O direito a viver plenamente sua história e sua cidadania se perde em meio à necessidade de sobreviver em um espaço dominado pelo fanatismo das religiões e por representações sobre o ideal, o “padrão” e o “normal”.

Para a comunidade em que as mulheres transitam se não estiver “escancarado” para chocar as pessoas e que elas cumpram os rituais para viver e conviver bem não há

problemas: frequentar a igreja, cumprir com as obrigações religiosas, não se meter em brigas, não ter vida escandalosa, não frequentar bares, forrós e evitar muito contato com as outras famílias, manter as crianças em casa. Ou seja, viver uma espécie de confinamento, de meia liberdade.

As crianças vão à escola e tem reconhecido seu direito de frequentar a escola. Mas, não têm efetivado seu direito de viver a escola, de explorar a escola, de confraternizar na escola. Para o aprofundamento desta questão apresentamos o relato de uma atividade desenvolvida por ocasião do Dia da Família na Escola faz algum tempo: as crianças do terceiro ano da Escola foram informadas que deveriam formar entre si alegorias representativas das várias famílias possíveis na contemporaneidade. Famílias com avós amorosos que contribuem afetiva e financeiramente com a educação dos netos, com padrastos, com madrastas, com tios e tias que assumem as responsabilidades pela educação das crianças no caso de algum acontecimento inesperado.

As crianças foram estimuladas a formar representações dos vários núcleos familiares conhecidos e nos quais se viam inseridos e foram se misturando em algazarra. Sobraram três meninos sem serem inseridos em nenhum “núcleo familiar”. Entre eles, o filho das duas mães. Uma das crianças fez uma brincadeira com conotações sexistas, o menino chorou e o professor recolheu todas as crianças para a sala e não permitiu que participassem dos festejos.

O professor não consolou o menino, não trouxe uma reflexão, não chamou uma reunião de pais e professores para discutir o assunto, não compartilhou o assunto cuja frequência e belicosidade estava aumentando, com sua supervisora de ensino e muito menos com a direção escolar. A orientadora educacional na época acreditava que o melhor era sublimar o problema não dando uma dimensão maior do que merecia. Só que as brincadeiras foram se tornando cada vez mais recorrentes.

Após muita relutância, a mãe resolveu ir à escola e pedir providências e tomada de uma postura pela gestão escolar com as brincadeiras do grupo de alunos que estavam

fazendo com uma criança de sete para oito anos criar resistência, não desejar mais ir para a escola. Obteve como resposta as suas reclamações, por meio da supervisora escolar, de que a escola fazia o que podia dentro das atribuições que lhes são direcionadas.

Se não estivesse satisfeita, tinha todo o direito de transferir a criança para outro espaço educativo. Além disto, foi feita a proposta a mãe da criança que fizesse aconselhamento espiritual com o pastor local e que encaminhasse seu filho para a escola bíblica dominical para amansar suas revoltas interiores. O tal “Deus” cristão, machista e preconceituoso e suas autodeclaradas vozes na Terra, os pastores assumindo um espaço e um lugar que é do Estado: zelar por todos os seus cidadãos e cidadãs, sobretudo pelos mais vulneráveis. Aqueles que se comprometem autenticamente com o povo é indispensável que se revejam constantemente. Esta adesão é de tal forma radical que não permite comportamentos ambíguos (FREIRE, 1987, p.48)

A Escola assume tantas responsabilidades que não são suas e o tempo fica pequeno para refletir sobre como tornar seus espaços verdadeiramente de vivência e convivência com os fenômenos da contemporaneidade. Necessário se faz criar propostas de aquilombamento e proteção a maternagem valente destas mulheres que se insurgem abrindo caminho para que outras saiam das sombras. Não é mais possível falar em cidadania completa sem que as pessoas vivenciem suas escolhas e recebam respaldo e proteção do estado brasileiro. Não são só os deveres que devem ser compartilhados: também os direitos precisam sair do lugar de privilégio que o colonialismo do pensamento entrega em legado ao homem universal.

### **Para provocar desconforto: se insurgir para maternar**

Chegamos a esse ponto nos permitindo discordar de bell hooks: para as mulheres sapatão a maternagem ainda está interdita e causa constrangimento. A

transgressão, mesmo dentro do movimento lgbtqi+, trabalha com a lógica da pedagogia do armário e da discrição condicionando as vivências de sexualidade plena ao não exercício da maternagem. As instituições adotam a lógica do cisheteropatriarcado de que desobedientes da norma “criam” pessoas desajustadas ao meio. Não é raro os olhares enviesados para crianças e adolescentes em espaços públicos, festas da escola, competições esportivas e conquistas pessoais.

Talvez, para confrontar preconceitos e discriminações seja necessário um retorno aos fundamentos do matriarcado africano que reforça a ideia de que a criança pertence a sua comunidade, logo toda a comunidade é responsável por sua educação, bem como o conceito de família ampliado: todos, todas e todes pertencentes a um mesmo espaço/lugar somos uma mesma família e devemos cuidar para que seus membros e membras cresçam saudáveis e protagonistas de suas existências. Para tanto, necessário se faz investir em uma educação para transgredir e atuar para desorganizar os pressupostos sobre a intrínseca vinculação entre raça, gênero, classe, sexualidade e nacionalidade. Implica também perceber que toda educação (escolar, familiar, religiosa etc.) a despeito de suas dimensões institucionais atua de acordo com os contextos, políticas, ações naturalizadas em rotinas que não objetos de reflexão para a ação.

Nós também buscamos a teoria da interseccionalidade em uma tentativa dolorida de encontrar caminhos que nos permitissem criar estratégias e perfilar de fato uma educação para todas e todos. Não foi por acaso que a constituição cidadã trazia em muitos artigos ratificados pela Lei de Diretrizes e Bases a importância de uma educação básica fortalecida e comprometida com o desenvolvimento da cidadania ativa: o respeito a diversidade, o conhecimento para igualdade de oportunidades e justiça no exercício de direitos e compartilhamento de deveres é a base das sociedades desenvolvidas e democráticas. Não se pode excluir pessoas da vivência plena por não terem a “cor” certa. Não se definir qual história deve ser contada e quais crianças não

terão acesso a sua própria história. Não se deve hierarquizar culturas: são traduções de vivências e memórias diferentes e não melhores ou piores.

Como professoras que somos não podemos mais conviver com os maus-tratos a infância para além do sujeito universal: não reconhecer a humanidade, a beleza, a força da memória da ancestralidade é machucar crianças que não se sentem parte, obrigando-as a se apequenar e negar suas características para acessar espaço de brincadeira não é só cruel: é desumano.

Assim como bell hooks, nossos esforços de compreensão da teoria a favor de uma prática se estruturam em torno da necessidade de que as palavras se tornam mais significativas quando contribuem para o engajamento em um processo que inclua mais pessoas na transgressão para ser livre sem deixar de se comprometer com os avanços coletivos.

A teoria do feminismo negro organizada em torno do matriarcado africano e do quilombamento para o combate a solidão nos capacita e nos tornando mais forte enquanto professoras nos fortalece para um ativismo que tem intenção de mudar ao estabelecido para romper com a educação colonial, sexista e machista.

A pauta interseccional na formação de professoras urge: entender a decolonialidade, raça e gênero como antecessores de classe são atributos essenciais para interpretar como o racismo se estende para a solidão da mulher preta, violência doméstica, ao despeito as muitas formas de existir no mundo e nos vários sinônimos que o amor pode ter.

Importa saber que nesta altura da luta ninguém voltará para o armário, para a cozinha ou qualquer outro espaço em que não deseje estar. A resistência e a resiliência do exercício da transgressão marcaram a cor: ela é preta, sapatão e mãe.

## Referências

- ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqbzJJYh7pwSkjdzpN/?lang=pt>> Acesso em: 06 junho 2021
- ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades** / Dayane N. Conceição de Assis. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.
- BRAGA, K. D. S.; CAETANO, M. R. V.; RIBEIRO, A. I. M.; **LESBIANIDADES E EDUCAÇÃO: interrogando a produção acadêmica.** Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v25n3p127-145> . Acesso em: Acesso em: 16 jun. 2021.
- CAETANO, M. R. V.; CASTRO, P. A. de. **O corpo em fronteiras: perfomances excludentes no universo escolar – uma narrativa etnográfica.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 63, p. 320–329, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i63.8641187. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641187>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- Cesaire. Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Tradução de Cláudio Willer. São Paulo, Veneta, 2020.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 08 junho 2021.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido.* São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: Batalhas de ideias, n. 1, Brasil, p. 12-20, p. 2011.
- HILÁRIO, Rosângela Aparecida et all. **BAILE DE MÁSCARA NÃO É PARA PRETO DE FAVELA NECROPOLÍTICA, PANDEMIA, [NARCO] NEOPENTECOSTALISMO E RESISTÊNCIA.** n. 17 (2020): Jun. - Dez.: Dossiê História das Doenças e Epidemias. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/15723>>. Acesso em: 08 junho 2021.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNlNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 junho 2021.
- hooks, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.
- LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa grande.** In: Second Sex Conference, The Personal and the Political Panel, New York, 1979. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11277332/LORDE\\_Audre\\_As\\_ferramentas\\_do\\_mestre\\_nunca\\_v%C3%A3o\\_desmantelar\\_a\\_casa-grande](https://www.academia.edu/11277332/LORDE_Audre_As_ferramentas_do_mestre_nunca_v%C3%A3o_desmantelar_a_casa-grande)>. Acesso em: 06 junho 2021.
- LORDE, AUDRE. **Irmã outsider.** Tradução de Stephanie Borges. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151 -172.
- TAKARA, Samilo; BARROS, Josemir Almeida; HILÁRIO, Rosângela Aparecida. (Rel)atos educativos: experiências e perspectivas em pesquisa. - Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO, 2021.
- SILVA, Jonas. (Orgs.) **FORMAÇÃO DOCENTE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.** EDITORA CRV. Ano de edição: 2020.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Tradução de Jámille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

**Insurgent maternages: mother yes, black yes, romp too**

**Abstract:** The article aims to analyze the processes of motherhood in insurgent and disobedient lives of gender norms. Therefore, it uses mainly, but not exclusively, the concepts of decoloniality in Cesaire (2020), decolonial feminism in Vergè (2020), intersectionality in Akotirene (2019). The objective of the text is to debate the many possibilities of being/being a woman in the world (femininities) and the need to understand motherhood as a political act of insurgency against what is established in the perspective of educating to transgress, inspired by bell hooks studies (2019) and Paulo Freire (2016). The methodology used for data collection and analysis is autoethnography, a movement in which researchers are at the same time subject and researchers. Narratives developed in the first person have been used as an important strategy in research that seeks to break the bonds of coloniality by proposing critical reflection on themes that are absent in research and debates in academia. As a result so far, we present narratives that reaffirm the perspective that resistance and resilience are essential attributes for women who disobey gender norms to exercise their right to their motherhood.

**Keywords:** Motherhood, Insurgents, Decoloniality, Intersectionality, Femininities

Recebido: 08/08/2021

Aceito: 15/03/2022